

Rui Martins

1. Ata n.º 2

Aos dois dias do mês junho de dois mil e vinte e seis, pelas 10H30, reuniu, por videoconferência, o Júri do procedimento concursal para o preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal de **Técnico de Intervenção Local**, destinado ao exercício de funções no Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra, na carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, publicado na Bolsa de Emprego Público (OE202605/1386), e página eletrónica do Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra.

Estiveram presentes os seguintes membros do Júri:

Presidente – Raquel Fragoso Dâmaso Pereira Mendes, técnica superior de serviço social com funções no Centro Social de S. Pedro do Afonsoeiro;

1.ª Vogal efetivo – Joana Isabel Guerreiro Marques, assistente social e técnica superior de serviço social na Divisão de Educação da Câmara Municipal do Montijo; que substituirá a Presidente nas suas ausências e impedimentos;

2.º Vogal efetivo – Rui Miguel Condeças Martins, docente e adjunto da Direção do AEPJS;

1.ª Vogal suplente – Feliciano Isabel Manhita Vieira, docente e Subdiretora do AEPJS;

2.ª Vogal suplente – Maria Brígida Borges Domingues, docente do AEPJS.

A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Publicitação da data de realização da prova de conhecimentos;
2. Publicitação dos conteúdos de enquadramento genérico e específico, referidos no ponto 15.5. do aviso de abertura, sobre os quais irá incidir a prova de conhecimentos;
3. Publicitação da bibliografia tida por adequada para a realização da prova de conhecimentos, conforme referido no ponto 15.5. do aviso de abertura.

Ruiz
4

De acordo com a ordem de trabalhos enunciada, o Júri deliberou o seguinte:

1. Conforme comunicação de 28-05-2026, do Presidente do Conselho Diretivo da AGSE, I.P., a prova de conhecimentos será realizada no dia **06 de julho de 2026**.
2. Conforme comunicação de 27-05-2026, do Presidente do Conselho Diretivo da AGSE, I.P., os conteúdos de enquadramento genérico e específico, referidos no ponto 15.5. do aviso de abertura, sobre os quais irá incidir a prova de conhecimentos, são os seguintes:

ÁREAS COMUNS AVALIADAS NAS PROVAS DE CONHECIMENTOS

Regime do vínculo de emprego público e gestão de recursos humanos na Administração Pública

- Modalidades de vínculo de emprego público;
- Constituição do vínculo;
- Período experimental;
- Carreiras e graus de complexidade funcional.

Direitos, deveres e condições de trabalho em funções públicas

- Regime de feriados;
- Tempos de não trabalho;
- Parentalidade;
- Férias e faltas.

Procedimento administrativo e princípios da atividade administrativa

- Regras do procedimento administrativo;
- Princípios gerais da atividade administrativa;
- Contagem de prazos;
- Audiência dos interessados;
- Garantias de imparcialidade e impedimentos.

Direito do Trabalho – regime da parentalidade

- Licenças parentais;
- Faltas para assistência a filho.

Proteção de dados pessoais

- Encarregado da proteção de dados;
- Responsabilidades no tratamento de dados pessoais.



ÁREAS AVALIADAS NAS PROVAS DE CONHECIMENTOS

Técnico/a de Intervenção Local

- Diagnóstico Social e Educativo
- Prevenção do Abandono Escolar
- Proteção de Crianças
- Trabalho em Equipa Multidisciplinar
- Apoio à Parentalidade e Mediação Escola-Família
- Monitorização e Avaliação de Projetos
- Promoção da Igualdade de Oportunidades e Inclusão
- Ética Profissional e Confidencialidade
- Elaboração de Relatório Social
- Promoção de Competências Sociais e Cívicas
- Redes de Apoio ao Sucesso Escolar
- Sistema Nacional de Qualificações

3. Conforme comunicação de 25-05-2026, do Presidente do Conselho Diretivo da AGSE, I.P., a bibliografia referente à parte comum, bem como ao perfil específico, são os seguintes:

Bibliografia parte comum

Constituição da República Portuguesa (CRP)*

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) *

Novo Código do Processo Administrativo (CPA) *

*Nas respetivas versões atuais

Bibliografia por Perfil

Técnico de Intervenção Local

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional. (2017). *Orientação ao longo da vida nos Centros Qualifica: Guia metodológico*. ANQEP.

Assembleia da República. (1999). *Lei n.º 147/99, de 1 de setembro: Lei de proteção de crianças e jovens em perigo*. Diário da República.

Associação dos Profissionais de Serviço Social. (2018). *Código deontológico dos assistentes sociais em Portugal*. APSS.

Rui Mendes
↓

- Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social. (2021). *Código deontológico do/a técnico/a superior de educação social*. APTSES.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*.
Harvard University Press.
- Council of Europe. (2023). *Compass: Manual for human rights education with young people* (2nd ed., updated in 2023). Council of Europe Publishing.
- Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2022). *Portaria n.º 62/2022, de 31 de janeiro: Regula a criação e o regime de organização e funcionamento dos centros especializados em qualificação de adultos*. Diário da República, 1.ª série, n.º 21, 20–31.
- Epstein, J. L. (2018). *School, family, and community partnerships: Preparing educators and improving schools* (2nd ed.). Routledge.
- European Commission, Directorate-General for Education and Culture. (2015). *A whole school approach to tackling early school leaving: Policy messages*. Publications Office of the European Union.
- European Commission. (2004). *Project cycle management guidelines*. European Commission.
- OECD. (2012). *Equity and quality in education: Supporting disadvantaged students and schools*. OECD Publishing.
- Pereira, F. (Coord.), Crespo, A., Trindade, A. R., Cosme, A., Croca, F., Breia, G., Franco, G., Azevedo, H., Fonseca, H., Micaelo, M., Reis, M. J., Saragoça, M. J., Carvalho, M., & Fernandes, R. (2018). *Para uma educação inclusiva: Manual de apoio à prática*. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação.
- Presidência do Conselho de Ministros. (2007). *Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro: Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento*. Diário da República.
- Presidência do Conselho de Ministros. (2018). *Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho: Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva*. Diário da República.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e considerada conforme, vai ser assinada e rubricada pelos membros do Júri presentes.

A Presidente do Júri,

Raquel Mendes
(Raquel Mendes)

Os Vogais Efetivos,

JOANA MARQUES
(Joana Marques)

Rui Martins
(Rui Martins)